

ECOS DO DESENVOLVIMENTISMO VARGUISTA NA TAUBATÉ DO SÉC. XXI. ODS - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES (10)

Maurício Vaitsman Chiga (UNIVAP)

Orientadora: Profa Dra Cilene Gomes (UNIVAP)

Coorientadora: Profa Dra Maria Aparecida C. R. Papali (UNIVAP)

Resumo

O progresso há muito debatido como sinônimo de desenvolvimento econômico é questionado hoje como mito idealizado por um poder hegemônico que prega a sua conquista a partir de uma sociedade determinada pela globalização. Uma perspectiva de desenvolvimento territorial no Planejamento Urbano e Regional poder-se-ia entender como processo histórico não baseado apenas na ideia linear de progresso, com história econômica determinada. Para além disso, deve ser compreendida de forma interdisciplinar e em paralelo ao desenvolvimento social e ambiental, com características democráticas e liberdades substantivas dos indivíduos a partir de políticas públicas que promovam a liberdade com a emancipação das pessoas concretas no território usado, no seu tempo, seu contexto regional e em todos os seus processos com experiências vividas. Realizaremos uma análise crítica a partir do atual momento socioeconômico da cidade de Taubaté que, entre altos e baixos, apareceu, nos últimos anos nas mídias, num caminho que desce ao vale dos prejuízos econômicos, com a retirada física e financeira, do Brasil, de indústrias internacionais poderosas que também estavam em seu território até a recente ascensão ao alto “glorioso” da montanha numa perspectiva ideológica neoliberal pelo *marketing* urbano e planejamentos estratégicos. O objetivo deste trabalho é entender a possível origem da atual situação socioeconômica regional a partir das influências herdadas das implementações de teorias hegemônicas do desenvolvimento capitalista durante a república brasileira após a crise de 1929 até o final do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas em 1945, com ênfase em categorias espaciais de território, lugar e região de Milton Santos. Para tanto, pretende-se realizar uma breve revisão bibliográfica a partir de importantes nomes da economia mundial que influenciaram as teorias e as práticas econômicas na América Latina, e principalmente no Brasil, no contexto histórico dessas três décadas.

Palavras-chave: Teorias do desenvolvimento; Território; Trabalho; Taubaté; Espaço.

Introdução

O tema dessa pesquisa de doutoramento é a “hermenêutica do cotidiano, e do espaço, urbano e industrial”, a problemática suscitada é como a busca, a interpretação, a compreensão da razão e existência humana a partir das suas experiências concretas, em seu limitado tempo, poderão revelar os processos de transformação, construção, organização e apropriação do espaço regional?

Esse artigo, justifica-se, no contexto de nossa pesquisa observando-se a dinâmica histórica da política econômica nacional, que deu origem ao atual quadro

socioeconômico da cidade de Taubaté, e a análise das atuais flutuações no emprego industrial e fortalecimento dos empregos no setor terciário, assim poderíamos justificar novos e diversificados rumos das formulações de políticas públicas focadas em garantias de cidadania concreta para pessoas comuns em detrimento de políticas afinadas à ideologia hegemônica transnacional.

Priorizamos, como objetivo geral, entender a possível origem da atual situação socioeconômica regional a partir das influências herdadas das implementações de teorias hegemônicas do desenvolvimento capitalista e que possa existir uma prática de “bem-estar” por uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico, no Planejamento Urbano e Regional, com características democráticas de liberdades substantivas dos indivíduos a partir políticas públicas que promovam a liberdade com a emancipação do indivíduo no território usado, no tempo, no seu contexto regional e em todos os seus processos vividos; com viés interdisciplinar dividimos o artigo em duas seções: a primeira faz uma relação entre as escalas territoriais da política do país em sua geopolítica e da economia regional em seus processos históricos; a segunda seção busca a interpretação de teorias de desenvolvimento normativas à luz das ações do estado varguista de política territorial lançando as bases da territorialização a partir da industrialização nacional-desenvolvimentista.

Revisão da literatura

A origem dos problemas sociais antes da industrialização.

O enfoque territorial com o espaço geográfico usado do professor Milton Santos (2006) é uma possível dimensão explicativa da política de expansão territorial da economia mercantilista ibérica de Portugal a partir do século XV, e de Espanha, as quais assumiram e se denominaram metrópoles conquistando politicamente e geograficamente amplos espaços continentais no formato de colônias.

A partir do século XVI, a chamada colonização deu a largada ao processo de expropriação e de dominação territorial geopoliticamente impetrado pelos reis absolutistas como uma extensão do seu território da Europa na América, intencionalmente para a procura e extração de minerais e de produtos primários naturais, de um espaço já ocupado por povos originários, que seria para sua total exploração mercantilista.

A lógica da atividade mercantilista partiu de princípios econômicos como o metalismo (quanto maior o acúmulo de metais preciosos mais influências mercantis o Estado nacional teria sobre outros na Europa), a balança comercial favorável (exportar mais que importar produtos garantia fixação de capitais no reino pelo superávit comercial), protecionismo alfandegário (garantias de produção interna com segurança política, social e monetária ao país) alicerçados no chamado Pacto Colonial garantidor do exclusivo comercial, uma legislação garantidora do monopólio de comércio e redes de atividades mercantis para reis absolutistas e suas coroas em relação aos territórios dominados pela sua colonização e aos outros países europeus.

Ao longo de trezentos anos, até o final do século XIX, organizaram-se os embriões de uma rede de suporte territorial garantidora do abastecimento interno entre regiões latino americanas a partir das técnicas produtoras de vida social no que Milton Santos (2006, p.178) denominou de o “segundo momento” do meio técnico aberto pelos estados coloniais e suas fronteiras territoriais.

Lembremos que o racionalismo mercantilista absolutista nas colônias (a primeira fase do modo de produção capitalista) se fundamentou por uma geopolítica de expansão, dominação, expropriação e espoliação territorial dos europeus sobre os povos originários estabelecidos em todas as Américas anteriormente ao século XVI.

Em território brasileiro, a partir da abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 até a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, os tempos “modernos” do “desenvolvimento econômico” fundaram-se na acumulação de capital da “plantation” brasileira herdada da empresa colonial que historicamente promoveu segregação e desigualdades raciais, sociais, econômicas e políticas.

A economia no Brasil, após a proclamação da república, continuou situada nas lavouras monocultoras para uma lógica exportadora que não mais utilizava mão-de-obra de homens e mulheres escravizados, mas ainda a partir de grandes extensões de terra legalmente nas mãos de uma elite territorial regional, que formaram as oligarquias com latifúndios herdados da era colonial portuguesa na América.

As oligarquias surgiram dos gigantescos “patrimônios” acumulados, do nordeste açucareiro, do ciclo do ouro mineiro e da cafeicultura paulista (os que permaneceram no Brasil!), foram garantias para a continuidade no poder de pequenos grupos de proprietários rurais regionais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,

Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul organizados num “campo”¹ de atração por interesses e representações sobre o funcionamento de mundo, principalmente os econômicos, garantidos pelas relações de poder político-sociais instauradas no uso do território (Abramovay, 2006, p.8).

Na relação entre os costumes e as leis positivas, o uso coletivo do “lugar” da agricultura, que para Milton Santos (2006) era espaço de compartilhamento social, da intermediação entre o universal, do particular e do cotidiano da pessoa comum foi usurpado das populações pobres brasileiras e passou para a dimensão individual, seguindo os passos europeus, o “valor de uso” da terra que determinava os direitos da pessoa comum por laços de natureza consuetudinária, passa ao “valor de troca” nas formas legais no segundo reinado brasileiro, dominado pelos fundamentos de propriedade privada desde a Lei de Terras em 1850.

As chamadas oligarquias agroexportadoras que se formavam no lugar da antiga classe senhorial e da nobreza portuguesa herdaram um racionalismo mercantilista capitalista identificado no conceito utilizado na historiadora Maria Odila L. S. Dias (2005) denominado a “interiorização da metrópole” onde as desigualdades sociais que possibilitaram a continuidade das elites no poder social, político e econômico foram intencionalmente territorializadas no Brasil.

Ao final do século XIX iniciou-se um capitalismo de mercado interno e o incipiente aprendizado técnico da nascente indústria brasileira na primeira industrialização, fundaram-se fábricas de tecidos, cerâmicas e produtos de pouco interesse internacional e de abastecimento regional do setor agroexportador.

O território da política nacional e a região da economia local: breve contexto histórico até a Era Vargas.

Durante toda a Primeira República ou República Velha (1889-1929) segundo Paul Singer (1987). a política econômica esteve no comando dos interesses de cafeicultores que promoviam suas exportações, com os melhores e mais garantidos preços, acertados pelo acordo firmado entre os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e assinado pelo Decreto nº 1.489, de 6 de Agosto de 1906,

¹ A noção da dimensão sociológica de “campo” foi desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu no livro “O Poder Simbólico” de 1989 especialmente no capítulo III.

no Convênio de Taubaté² e a industrialização sempre subordinada aos poderes hegemônicos de oligarquias e interesses de mercado interno na escala regional da República Federativa.

No contexto da defesa dos mercados do café para exportação, desde a presidência de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), as expectativas era de crescimento na produção mas a super safra do ano de 1906 (com o total colhido no ano de 1907 de 20 milhões de sacas quando os estoques mundiais eram de 10 milhões de sacas) colocou em risco toda a rede do complexo cafeeiro obrigando o governo federal a tomar medidas de intervenção conforme o acordo na garantia de preços elevados para satisfação do ramo mercantil, financeiro e produtores regionais de São Paulo claramente afetando a centralização federal de ideário liberal.

Numa análise entre os progressos técnicos e a vida econômica de rede globais produtivas de comércio, transportes e informação, Milton Santos (2006) entendeu os espaços regionais integrados ao sistema econômico global em rede com a atividade financeira no movimento global particular em níveis de solidariedade mundial, territorial, nos estados e suas localidades.

E, continua dispondo o território (o país e o estado) como uma segunda totalidade na formação sócio espacial de contratos sem fronteiras onde “a mundialização enfraquece fronteiras e compromete o contrato, mesmo se ainda restam aos Estados numerosas formas de regulação e controle das redes.” (Santos, 2006, p.182).

Num estudo sobre o trabalho urbano e conflito social, o historiador Boris Fausto demonstra a “estrutura social do conjunto do país” com a concentração da população ocupada em sua maioria na economia da agricultura onde em 1890 a indústria empregava pouco mais de 522 mil pessoas (entre homens e mulheres brancos, pretos, caboclos e mestiços) segundo o recenseamento de 1890 e em 1900 a agricultura era efetivada por pouco mais de 5 milhões de brasileiros (Fausto, 1986, pp.20-26).

Entendendo-se a “noção de divisão do trabalho” em suas redes dialéticas no território, aparecem duas categorias de análises, da sociedade nacional e local

² Os governadores daqueles três estados brasileiros deveriam manter os estoques de café, garantindo altos preços e os maiores lucros, a partir de empréstimos financiados por bancos internacionais.

estudadas por Milton Santos que entendeu a categoria sociedade nacional num território nacional, com formações socioeconômicas nacionais e atuantes em mecanismos de poder no país a partir de técnicas com seus funcionamentos para a modernização ou envelhecimento do lugar, legislação e orçamentos no exercício de planos políticos sobre a configuração geográfica local da sociedade e qualificações “de uso da materialidade imóvel e duradoura.” das decisões nacionais que afetam os níveis inferiores da sociedade territorial porque cada lugar promove um real significado. Já a categoria sociedade local depende da infraestrutura local e do seu processo de divisão do trabalho porque “... os segmentos locais da configuração territorial do país condicionam o processo direto de produção, sua demanda em mão-de-obra, tempo e capital.” (Santos, 2006, p.184).

A hegemonia econômica da rede do complexo cafeeiro de São Paulo garantiu grandes altas nos preços do café por mais duas vezes até finais da década de 1920, quando sua hegemonia territorial local foi questionada por outras localidades.

A partir de outubro de 1929 a crise do capitalismo internacional com a quebra da bolsa de valores de Nova York, a economia mundial sofreu pela falta das importações de produtos primários porque deixaram de acontecer por parte de seu maior comprador, o país Estados Unidos da América, que entrava numa grande depressão econômica arrastando países industrializados ou não, como o Brasil.

Entendendo que a crise chega ao Brasil, responsável por 60% da produção mundial de café em 1929, a partir do momento em que cessaram as compras dos maiores consumidores do produto carro chefe da economia brasileira, os cafeicultores regionais de São Paulo junto a Minas Gerais com a política nacional denominada “café com leite” não conseguiram garantir sua continuidade na presidência da república.

Explodiu a revolução de 1930 contra a dominação hegemônica regional de São Paulo nas relações de poderes político-econômicas nacionais. Foi organizado um governo provisório encabeçado pelo gaúcho Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), assumindo a presidência da república a partir da revolução de 1930 colocando no ostracismo político os poderosos cafeicultores paulistas. O entendimento na política nacional à época era de que o governo provisório chamaria uma assembleia nacional constituinte para a elaboração de uma nova Carta Magna, mas até 1932 o governo Vargas não o fez.

Iniciou-se a Revolução Constitucionalista dos paulistas em 9 de julho de 1932 contra o governo provisório varguista até que aconteceu sua rendição em 4 de outubro de 1932, mas a derrota militar dos paulistas resultou na assembleia nacional constituinte e na nova Constituição de 1934 a qual foi cassada em 1937 quando Vargas outorgou outra Constituição, iniciando uma ditadura na Era Vargas até 1945.

Teorias econômicas normativas para além da economia clássica e o território do estado nação das habilidades Varguistas.

As influências do economista John Maynard Keynes na economia mundial durante a Grande Depressão dos anos 1930 refletiram no Brasil da Era Vargas com a economia seguindo um “fluxo circular” a partir de um processo contínuo de produção, circulação e consumo industrial interno na política de substituição das importações prejudicadas pela crise capitalista de 1929, com o Estado intervindo na economia a partir das necessidades dos interesses pelo crescimento econômico industrial sempre para manter o país fora das crises com menor inflação e maior empregabilidade (Hunt e Lautzenheiser, 2013, p.555).

Em seus estudos na obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicada em 1936, importantíssima obra sobre a economia mundial, John Maynard Keynes questionou as ideias ortodoxas do pensamento econômico clássico³ e lançou as bases para o que veio a ser conhecido como “economia keynesiana”.

A obra representa uma resposta direta às deficiências percebidas nas teorias econômicas clássicas, particularmente no contexto da Grande Depressão dos anos 1930, oferecendo uma análise profunda e normativa⁴ sobre como as economias do Norte Global funcionavam e como poderiam gerir-se para alcançar um emprego pleno, já que durante essa crise no capitalismo a teoria do liberalismo econômico (pensamento clássico) não conseguiu responder às necessidades sócio-político-econômicas a partir do equilíbrio das forças no livre mercado (Niederle et. al., 2016, pp.31,32).

³ Teorias clássicas ou neoclássicas da economia partiram dos estudos de Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, John Stuart Mill nos séculos XVIII e XIX.

⁴ Uma teoria normativa permite traçar hipóteses quanto a natureza dos elementos de estudo, das forças sociais interativas, interesses e conflitos do passado econômico de um país desenvolvido e propor a outro não desenvolvido os elementos básicos das iniciativas de desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY et. al., 2006).

Diferentemente da economia clássica, Keynes não defendia e muito menos nutria a crença na autorregulação do mercado e suas flutuações como garantias de crescimento econômico. Além disso, defendia que os governos deveriam lançar mão do excesso de poupança em projetos socialmente úteis quando esse excesso fosse maior que os investimentos industriais (Hunt e Lautzenheiser, 2013, p.575).

Segundo Hunt e Lautzenheiser (2013) os economistas clássicos e neoclássicos defenderam a autorregulação dos mercados com o possível desemprego temporário, assim como os preços e os salários ajustariam-se a fim da restauração do equilíbrio econômico.

Tal visão conforme J.M. de Pereira (2023) determinada pela Lei de Say (do economista Jean Baptist Say em 1808) postulava que a criação de um mercado é provocada pela produção de mercadorias, já que a oferta de mercadorias criaria sua própria demanda.

Para Keynes, a recessão da década de 1930 provou o contrário, que a demanda efetiva (por bens e serviços) seria o ajuste fundamental para os níveis de emprego e de produção.

No Brasil a partir da Revolução de 1930 e o Governo Provisório (1930-1932), passando pelo período constitucional (1934-1937) e a ditadura do Estado Novo (1937-1945), as grandes linhas da política econômica varguista tenderiam para a obtenção da contenção monetária e a manutenção do equilíbrio orçamentário inadequados na perspectiva Keynesiana para aplacar a recessão, que foi mundial.

Além disso, conforme M.C.S. Forjaz (1984) em seus estudos sobre industrialização, Estado e sociedade no Brasil, é consenso entre pesquisadores, como Celso Furtado e Conceição Tavares, que Vargas seguiu comprometido com as classes dominantes de seu tempo, mas intencionalmente promoveu novos padrões de desenvolvimento oxigenando a incipiente industrialização nacional numa “modernização conservadora”.

Na economia, o governo Vargas promoveu o nacionalismo defendendo os mercados internos, a cafeicultura paulista e o açúcar nordestino.

Também dirigiu o país politicamente para os interesses de um novo capital industrial nacional e até mesmo de proletários, a partir de forças políticas, econômicas e sociais da nova coalizão dominante na acomodação entre elites tradicionais e

emergentes numa transição entre a política das oligarquias e o telos nacional desenvolvimentista com o autoritarismo do Estado Novo (1934-1945).

Na confirmação da ação do Estado, participante ativo e com medidas intervencionistas que foi modelo ideológico à época, segundo Octavio Ianni “medidas adotadas pelo governo alcançaram praticamente todas as esferas de sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral.” (Ianni, 1977, p.22).

Um dos conceitos da economia Keynesiana conforme J.M. de Pereira (2023) é o princípio da “demanda efetiva” que é o ponto de equilíbrio onde a oferta e a demanda agregadas de produtos e serviços se cruzam respondendo às expectativas de lucros, de curto e longo prazo, dos mercados (dos empresários) quando disponibilizam determinadas quantidades de empregos.

Então, Keynes o elevou a uma determinante chave para medirmos o nível de empregos e de produção na economia a partir da demanda agregada e não pela flexibilidade de preços e salários, como sugeriram os economistas clássicos, situação que Pereira (2023) admite, que, em períodos recessivos da economia a demanda agregada seria insuficiente para se alcançar o pleno emprego, resultando em desemprego involuntário.

O governo de Vargas, anteriormente à Revolução Constitucionalista de 1932, ajustou a demanda efetiva dos mercados de café como a compra e queima de estoques⁵, com medidas intervencionistas do “Reajustamento Econômico” de 1933, negociação de metade da dívida (por dez anos) dos fazendeiros paulistas e perdão da outra metade conforme os estudos sobre a história da desigualdade de Pedro .H.G. de Souza (2018), assim como financiamento de troca de cafezais por algodoads e indenização aos bancos credores, introduzindo os desequilíbrios como forças motrizes do desenvolvimento, investimentos em setor fundamental imediato da economia (a agricultura).

Tal ideia apareceu mais tarde na teoria econômica defendida na “abordagem possibilista” de Albert Otto Hirschman (1958), mesmo entendendo que a possibilidade

⁵ Essas informações referem-se as medidas realizadas a partir de 1931 que desagradaram políticos de sua coalisão e que não apenas salvou os grandes agricultores como garantiu as bases econômicas de um possível governo democrático de Vargas nos anos seguintes, passando pela constituição de 1934 até o golpe que inaugurou a Era Vargas em 1937 com uma ditadura até 1945 e o Estado Nacional enterrando definitivamente a República Velha (1889-1930) e seus direcionamentos políticos e econômicos regionais da República Federativa.

do desenvolvimento econômico estaria numa ordem estabelecida em bases democráticas com bons governos e boas pressões sociais, entendeu que o Estado teria “a função de coordenar o desenvolvimento” buscando pela justiça no processo, porque o desenvolvimento seria criador de desigualdades e cuidando de “uma cadeia de desequilíbrios.”, investindo em setores chave da economia (Niederle et. al., 2016, pp.39-41).

Os lucros da política econômica oligárquica do café foram da ordem de US\$445 milhões em 1929 e caíram para US\$180 milhões em 1930. Em 1931, quando Vargas decidiu pela queima dos estoques no porto, corria a lembrança na memória coletiva da cidade de Santos, de onde partiam as exportações do café, que a fogueira acesa durou meses e o cheiro de café foi percebido em municípios vizinhos.

O Estado nacional brasileiro, Segundo Earp e Kornis:

por sua vez exerceu um poderoso efeito multiplicador sobre o conjunto da economia, gerando taxas elevadas de crescimento do PIB (8,9% em 1933 e 9,2% em 1934). Com isto o Brasil foi um dos primeiros países a recuperar-se da Grande Depressão (ao lado da Suécia com seu programa socialdemocrata), antecedendo a todas as grandes potências - que em sua maioria só se recuperaram da crise quando implantaram economias de guerra. (2004, p.33)

Apontando para o modelo de substituição de importações de produtos industrializados, o nacional desenvolvimentismo, iniciado durante o período autoritário da Era Vargas, buscou a industrialização passando pelos difíceis problemas e diminuições de importações durante a II Guerra Mundial (1939-1945). O projeto econômico varguista encarou a falta de energia e de meios de transporte eficientes que possibilitassem os mercados internos e regionais integrarem-se competitivamente na esfera nacional. As indústrias situavam-se basicamente, até 1930, na capital Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo.

A população brasileira esteve situada na área rural até o grande impulso industrial dos anos 1950, onde o crescimento populacional urbano ultrapassou o do campo. Na perspectiva da Teoria do Desenvolvimento (1911) de Joseph Schumpeter os lucros capitalistas e o desenvolvimento econômico ressaltariam da forma evolucionária de processos de inovação e suas consequências nos processos produtivos a partir de novos produtos num “fluxo circular” de inovação e destruição criativa da condição anterior, situação ressaltada por Pivoto (2016) no deslocamento definitivo do equilíbrio original até as novas condições de produção.

Os direcionamentos políticos varguistas até sua renúncia, em 1945, conforme Earp e Kornis (2004) foram de encontro com a teoria schumpeteriana até mesmo desenvolvendo certa racionalidade psicossocial em sua ideologia autoritária de governo, e certamente, lançando mão de órgãos repressivos do governo ditatorial, e além disso, promovendo muitas iniciativas para disciplinar e orientar diferentes esferas da sociedade como mais de trinta órgãos de burocracia estatal, além de indústrias de base como Fábrica Nacional de Motores, siderúrgicas para produção de aço por influências de militares brasileiros (ex.: o general Góes Monteiro) como a Companhia Siderúrgica Nacional, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e Companhia Vale do Rio Doce. No tocante ao mundo do trabalho, efetivou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Serviço Social da Indústria, além da institucionalização de sindicatos sob os comandos centralizadores do presidente da república.

As teorias cepalinas normativas, escolhidas nessa análise, de Raul Prebisch (1949) e Celso Furtado (1959) fazem parte do corpo teórico do CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe da ONU) e propuseram um método de estudo de situações concretas observando os processos de desenvolvimento históricos e os contextos periféricos econômicos dos países da América Latina. Conforme A. Cassel (2006), os conceitos e categorias de análises cepalinos partem de realidades das “relações centro-periferia, subdesenvolvimento, heterogeneidade estrutural, padrões de desenvolvimento desigual que sirvam de base a uma consistente construção analítica.” (2016, p.29).

A análise das periferias do sistema capitalista, os países subdesenvolvidos da América Latina e Caribe, em suas formas de colocação no sistema econômico global sofreu influências teóricas do Keynesianismo. Celso Furtado entendeu que a superação do subdesenvolvimento tem a industrialização como a base do desenvolvimento “a partir da ação do Estado em investimentos que não interessem ao capital privado e que são indispensáveis ao próprio desenvolvimento.” (Cassel, 2016, pp. 30-32).

Alguns problemas apontados pela economia de desenvolvimento do CEPAL por Renato P. Colistete (2001) passam pelas críticas de Raul Prebisch quanto as Leis das Vantagens Comparativas (de David Ricardo em 1821), onde um país especialista numa produção tem condições de acesso em relação a outros produtos, o que durante

o período anterior a II Guerra Mundial não se mostrou justo entre países agroexportadores (subdesenvolvidos) e industrializados (desenvolvidos) na chamada “deterioração dos termos de troca/intercâmbio”, promovendo novas formas de dependência externa e interna no pós colonialismo, debatida na teoria da dependência por Celso Furtado.

Na sua interpretação sobre a conscientização e aumento de riqueza no desenvolvimento de nação passiva (aquelas que participam de forma residual do mercado global), Milton Santos (2001) debate a contradição entre a conformidade e a insatisfação com o inconformismo dos atores com resultados limitados e lentos que a coloca “colada às rugosidades do seu meio geográfico, localmente enraizada e orgânica.” (Santos, 2001, p.157).

Na busca pela noção de totalidade espacial que explique os possíveis motivos da existência de Estados desenvolvidos (ricos) e outros subdesenvolvidos, Milton Santos (2004) debateu o Estado nação como “unidade geográfica de estudo” das esferas econômico-produtiva e político-ideológica para se compreender a sociedade.

Nesse sentido, o estado varguista assumiria novos papéis com novas tecnologias (produção de aço e energia), e novas relações de trabalho foram controladas pelo governo, assegurando a distribuição desigual das riquezas, já que a modernização num país subdesenvolvido é contemporânea do crescimento do Estado e suas funções com novas condições da sociedade nacional.

Dentro do Brasil as ações do varguismo afetaram a organização do espaço na tentativa do equilíbrio social ao novo plano político do moderno nacional desenvolvimentista, mesmo com as pressões cotidianas de saúde precária, educação insuficiente, sistema de transportes de mercadorias deficiente e pressões externas da guerra global.

Para Milton Santos (2004) os investimentos estatais dão vantagens aos lugares com a mudança na organização do espaço, criando as novas rugosidades do território como uma impressão de arranjos humanos, modificações físicas no lugar definidos por sua história ou reforçando as antigas rugosidades. Tais rugosidades apareceram quando o governo de Vargas construiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda-RJ, em 9 de abril de 1941, marcando definitivamente suas ações no processo de territorialização da industrialização do Brasil.

A política econômica varguista seguiu, em parte, por este caminho utilizando-se da necessidade de substituição das importações, também durante o período da II Guerra Mundial (1939-1945), para promover grandes investimentos públicos em setores industriais de base, energia, além das garantias aos setores agrícolas, sedimentou o caminho para governos posteriores intensificarem o ideário do desenvolvimento nas bases da industrialização no século XXI.

Método

O artigo desenvolve-se em uma perspectiva analítica de revisão bibliográfica, sobre teorias do desenvolvimento e compreensão correlata da era varguista no Brasil, verificação de dados econômicos do Ministério do Trabalho e Emprego (MET) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e, ainda, notícias de periódicos digitais, sobre a cidade de Taubaté, no período atual.

Resultados e Discussão

1. Espaço urbano industrial

Tomando-se por base os “Objetivos Desenvolvimento Sustentável” ODS-10, “Redução das desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, em suas metas propostas pela Agenda 2030, e seus fundamentos do desenvolvimento sustentável, como o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ao meio ambiente, analisamos as ações das políticas para o trabalho e emprego na cidade de Taubaté com sua origem na herança de outros tempos, e que agora, reverbera nas relações de metropolização e regionalização do espaço com maior fluidez no sistema urbano regional, cada vez mais dominado por redes financeiras transnacionais da globalização (Lencioni, 2004 apud Schiffer, 2004, p.153).

Nossa forma de organização urbana teve sua origem em transformações dos processos na cidade tomada pela indústria com produção a partir de trabalhadores proletarizados produzindo no urbano com predomínio sobre o rural, num *continuum* da vida política que engloba a cidade mercantil e a cidade industrial (Lefebvre, 1969).

O arquiteto Roberto Luís Monte-Mór (2006) estudou que a *práxis* urbana ocupou o espaço social num duplo processo, de centralidade e periferia, a partir da centralização e do expansionismo econômico do período varguista no governo federal

brasileiro da primeira metade do século XX. A lógica centrada na produção a partir da industrialização foi sentida nas cidades quando o valor do uso coletivo do espaço foi privatizado e colocado sob o poder do valor de troca em todo o espaço do tecido urbano (Monte-Mór, 2006, pp.12 e 13).

Em seus estudos sobre a reestruturação do espaço urbano industrial, a geógrafa Sandra Lencioni verificou que o “estranhamento no compartilhar da vida urbana significa a derrocada da possibilidade de construção de uma cidadania.” e a ampliação dos problemas sociais (Lencioni, 2004, p.162).

No entendimento da realização de construção do espaço geográfico materializado pelas ações humanas, o geógrafo Milton Santos (2006) teorizou que os objetos materiais do mundo capitalista globalizado determinados por “fixos” não existiriam sem as ações humanas determinadas por “fluxos”. As cidades do final do século XX transformaram-se em espaços do meio técnico-científico-informacional onde a tecnologia dos “fixos”, dominada pelas grandes corporações privadas internacionais, determinou seus lugares (das cidades) de expressão relacional local/global. Apareceu a “guerra dos lugares” e as cidades tornaram-se mais rígidas com maior valor para atividades econômicas e produção de desigualdades com exclusão social e territorial.

2. Os ecos desenvolvimentistas na Taubaté contemporânea.

Num entendimento da expansão não homogênea da indústria da metrópole paulista, a cidade de São Paulo, para o interior do estado, garantindo a permanência do poder econômico fundado na industrialização, a partir de capitais financeiros da empresa cafeeira paulista, Sandra Lencioni (2004) propõe que exista a reprodução do capital fora da metrópole, que passou por uma desindustrialização relativa, mantendo-se como centro de serviços e de fluxos imateriais capitalistas. Esse foi o caso do desenvolvimento industrial em Taubaté na década de 1970 com a instalação da Ford e da Volkswagen, estudado por Lacerda e Santos (2023) que apontaram a partir da década de 1950 até 1980 um crescimento populacional da ordem de mais de 100%.

Essa interiorização da indústria deu-se por cinco regiões do Estado de São Paulo e foi sucedida por maiores taxas de crescimento populacional, por migrações e movimentos pendulares pela necessidade de trabalho, melhorias dos meios de transporte e de comunicações, e a “percepção das distâncias entre cidades se

modificou (...), isso não significando que houve abolição do espaço pelo tempo...”porque o que foi realmente proporcionado “foi uma diferenciação nas velocidades implicando novas relações entre o espaço e o tempo.” (Lencioni, 2004 apud Schiffer, 2004, p.160).

Tempos simultaneamente desiguais e contemporâneos, ocorrem ritmos de desenvolvimento diferenciados e concomitantes tornando anacrônica a ideia de uma dinâmica interna à região na qual o tempo se apresenta homogêneo. (Lencioni, 2004 apud Schiffer, 2004, p. 156)

A leitura crítica dos grandes modelos de políticas urbanas do final do século XX realizada por Fernanda Sánchez (1999) desvendou as ações de marketing na promoção de algumas grandes cidades de importância econômicas locais de internacionais com seus planos estratégicos para um “novo planejamento urbano” que legitimou as intervenções públicas e reprodução social de agentes hegemônicos. A cidade passou a ser uma mercadoria do empreendedorismo urbano, submetida ao regramento competitivo e de governança colaborativa “privada/pública” para tal, aumentando a “despolitização do espaço social” (Sánchez, p.118).

Regionalmente, tal situação, em escala e em parte, também encontramos na cidade de Taubaté, dentro de Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista (RMVPLN), que ganhou adjetivações em jornais, conforme Lacerda e Santos (2023), que contribuíram no aumento do grau de aceitação e consenso (dos cidadãos) pela “imagem sintética” da cidade:

a indústria automobilística em Taubaté é abordada positivamente no Diário de Taubaté, com destaque para o crescimento da Volkswagen e da Ford. Destaca-se, no período analisado, a presença de anúncios referentes ao mercado automobilístico e das próprias fábricas que promoviam homenagens aos funcionários e munícipes em datas comemorativas — como o Dia do Trabalho e o aniversário da cidade — ou, ainda, para exibir as novidades da produção e lançamentos quando, por exemplo, a Volkswagen produziu o seu primeiro carro (o Gol) e a Ford atingiu a marca de 1 milhão de motores produzidos em Taubaté após 6 anos de atividades. Ambas efemeridades ocorreram em 1980 e tornaram-se motivo para euforia, ao ponto do próprio jornal executar um evento com o slogan: “Taubaté, a nova capital do automóvel” e apropriar-se da frase, inserida nos cabeçalhos de cada edição. De modo geral, há a divulgação de notícias que enfatizam a modernização de ambas as fábricas e a participação no mercado internacional, além do crescente emprego e da produção diária. (Lacerda e Santos, 2023, p.5)

Em suas pesquisas sobre o “Capital” e “estratégias territoriais” da atividade industrial em Taubaté – SP, Ítalo Franco Ribeiro (2015) encontrou em dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) informações que comprovam um crescimento da grande indústria em relação à sua utilização de trabalhadores na ordem de 60% em 1985 com um crescimento em 2012 que chegou à ordem de 80% na contratação de mão de obra. No mesmo caminho ainda verificou um aumento percentual em 1985 de 134% e em 2012 de 764% no número de estabelecimentos industriais (micro, pequena, média e grande indústrias de transformação) (Ribeiro, 2015, pp. 150-152).

O notável aumento de estabelecimentos da indústria de transformação (aquelas indústrias que transformam matéria prima e mercadorias, existem no ramo de minerais não metálicos, metalúrgica, elétrica e comunicação, transporte, madeira e mobiliário, papel, borracha, fumo, couros, química, têxtil, alimentos e bebidas) em Taubaté foi percebida pela oferta de empregos que em 1985 foi de cerca de vinte sete mil postos de trabalho e em 2012 foi de quarenta e cinco mil postos de trabalho, neste último ano analisado numa distribuição entre indústria mecânica com 13,33%, indústrias de transportes com 26,66% e a indústria de transformação com 60 % dos postos de trabalho oferecidos (Ribeiro, 2015, p.154).

A dinâmica das relações socioeconômicas e possíveis direcionamentos de políticas públicas em Taubaté são aparentes nos recortes de periódicos digitais com informações e debates para alternativas no período do segundo ano da pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, quando grandes indústrias (como a Ford por exemplo) iniciaram sua retirada da cidade:

Band Vale “Taubaté deve perder R\$ 245 milhões por ano com saída da Ford e da LG”, OTÁVIO BALDIM, TV BAND VALE
15/04/2021 • 18:03

O fechamento da Ford e da LG deve representar R\$ 245 milhões a menos na economia taubateana no próximo ano. O montante corresponde aos salários pagos aos 1.600 funcionários diretos das duas empresas que serão demitidos nos próximos meses com o fim da produção. Cerca de 8% da atual mão de obra que a indústria absorve atualmente na cidade ficarão de fora do mercado com as demissões anunciadas pelas fábricas. Os impactos da saída da Ford e da LG também devem ser sentidos nos cofres públicos com a perda de R\$ 890 mil em arrecadação de impostos da prefeitura. O economista Edson Trajano prevê ainda que com as demissões anunciadas pelas duas empresas e a consequente perda no poder de consumo das pessoas desligadas, a prefeitura deve registrar um

aumento nos atendimentos nas redes públicas de saúde e também de educação. “Nós temos que pensar que várias outras empresas são fornecedoras da Ford e da LG. Cada emprego fechado nelas representa outros três postos de trabalho que podem estar em risco. Cada posto de trabalho perdido na indústria impacta diretamente nas atividades de comércio e serviço, reduzindo a renda disponível na cidade, além na queda da geração de impostos. A saída desses trabalhadores vai aumentar a demanda na rede pública de saúde, educação e assistência pública”, explica. Este mês, a LG anunciou o fim da produção de celulares em todas as unidades da empresa, o que inclui a planta de Taubaté, e também a transferência das linhas de notebooks e monitores para Manaus. 700 pessoas devem ser dispensadas. O sindicato dos metalúrgicos ainda negocia o fim das atividades. No início do ano, a Ford provocou um alvoroço com o anúncio do fim das atividades no Brasil. Só em Taubaté, 800 funcionários devem ser demitidos. Para o economista Edson Trajano, o município precisa atacar em novas áreas para promover a geração de empregos. “É necessário pensar em outras alternativas como a economia criativa. O município de Taubaté conta um forte potencial turístico e pode investir nessa área. Com uma localização privilegiada e uma enorme riqueza cultural, a cidade pode apostar nessas características para atrair turistas e gerar renda”, diz. Site: <https://www.band.uol.com.br/band-vale/noticias/taubate-deve-perder-r-245-milhoes-por-ano-com-saida-da-ford-e-da-lg-16344898> Acesso em 28/9/2024.

A importância da indústria é colocada no máximo grau, porque conforme noticiado, o importante seria o resultado da arrecadação negativa ao ano (conforme o título da matéria do jornal Bando Vale) e não a situação das pessoas, mesmo com a abordagem do economista Edson Trajano sobre a “economia criativa” e o potencial turístico do município.

Para alguns analistas municipais, a situação foi grave e a “Taubaté tenta diversificar a economia um ano depois de perder a Ford.” no apoio ao trabalhador em sua recolocação no mercado de trabalho e “Para gestão municipal, impacto só não foi pior porque setor de serviços ficou fechado no início de 2021” (site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/taubate-tenta-diversificar-economia-um-ano-depois-de-perder-a-ford.shtml>; Acesso em 28/9/2024)

A recuperação industrial de Taubaté é otimista e festejada por “todos”, como única possibilidade viável de crescimento, com algumas citações otimistas da Central Única dos Trabalhadores em seu periódico digital:

CUT FEM – “Setor industrial de Taubaté supera saldo de mil vagas de emprego neste ano.” 4 DE DEZEMBRO DE 2023

- Resultado dos dez primeiros meses é quatro vezes maior que o registrado em 2022

- O setor industrial de Taubaté já soma um saldo positivo de 1.025 vagas de emprego neste ano. O resultado dos dez primeiros meses de 2023 é quatro vezes maior do que o registrado no ano passado todo. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e foram divulgados pelo Ministério do Trabalho na semana passada.
- Segundo o levantamento, de janeiro a outubro foram 4.667 contratações contra 3.642 desligamentos, o que resultou no saldo de 1.025 vagas. No ano passado todo foram 4.166 admissões e 3.912 demissões, com saldo de 254 vagas.
- A tendência é que o cenário positivo continue nos próximos meses. A Volkswagen está em processo de seleção para contratar cem novos funcionários. Outros 37 alunos do Senai serão efetivados na produção. As novas vagas são um dos resultados da extensão do acordo coletivo negociado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (Sindmetau) com a montadora, aprovado em novembro.
- O desempenho de 2023 tem impulsionado a recuperação no mercado de trabalho na indústria em Taubaté. No total, a cidade conta hoje com 18.545 empregos com carteira assinada no setor. Esse número já supera o que o município registrava antes da saída da Ford e da LG, quando havia 18.232 trabalhadores e trabalhadoras na indústria.
- O nível de emprego chegou a cair para 17.290 funcionários em 2021, após o encerramento da produção nas duas fábricas. Naquele ano, a cidade teve um saldo negativo de 816 vagas no setor industrial, com 3.858 contratações e 4.674 desligamentos.
- A retomada dos empregos na indústria em Taubaté passa por novos produtos, contratos e a chegada de novas fábricas. Outro aspecto positivo é a diversificação dos investimentos, com destaque para os segmentos automotivo, ferroviário, óleo e gás, aço e aeronáutico.
(Site: <https://fem.org.br/setor-industrial-de-taubate-supera-saldo-de-mil-vagas-de-emprego-neste-ano> ; Acesso 28/9/2024)

As ações da Prefeitura de Taubaté segundo notícia, veiculada em cinco de janeiro de 2024, no jornal Diário de Taubaté intitulada “Taubaté é destaque na geração de emprego em 2023.”, também apontam para a mesma racionalidade econômica hegemônica do neoliberalismo quando enfatiza que estimula e “segue empenhada no fomento da economia da cidade por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Turismo de Taubaté.”, demonstrando os meios pelos quais a indústria ou empreendedorismo seriam os caminhos para o “desenvolvimento e inovação” onde “tem priorizado a geração, manutenção de vagas e o incentivo ao empreendedorismo, com ações apoiadas e planejadas pelo governo municipal em conjunto com as demais secretarias.”. Tais ações alteraram o status da cidade como umas das duas maiores cidades geradoras de empregos em 2023, “com saldo de 3.527 vagas e 16% de todo

o saldo da região até novembro, segundo dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED).”

A Prefeitura está comprometida em gerar novas vagas de emprego e segue trabalhando arduamente com os serviços do Balcão de Empregos, PAT, Sala do Empreendedor e Banco do Povo, que atualmente estão reunidos no mesmo espaço, no complexo do “Desenvolve Taubaté”, no interior da Rodoviária Nova, na rua Benedito da Silveira Moraes, s/n, Jardim Ana Emília. A centralização dos serviços otimizou a intermediação entre empregadores e profissionais em busca de uma vaga no mercado de trabalho, além de facilitar para o empreendedor em busca de formalização. <https://www.diariodetaubateregiao.com.br/dt/taubate-e-destaque-na-geracao-de-emprego-em-2023/>; Acesso em 28/9/2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo debateu no campo do Planejamento Urbano e Regional interdisciplinarmente entre Geografia, História, Sociologia e Economia, com ênfase em categorias espaciais de território, lugar e região de Milton Santos, as influências das teorias do desenvolvimento capitalista durante a república brasileira após a crise de 1929 até o final do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas em 1945 a partir de importantes teóricos das teorias de desenvolvimento capitalista mundial que influenciaram hegemonicamente as práticas político-econômicas na América Latina, e principalmente no Brasil, no contexto histórico dessas três décadas. O esperado a partir desse estudo é um campo aberto para análises compreensivas dos processos históricos fortemente influenciados pelos rumos econômicos e políticos na dimensão territorial do espaço geográfico e as possibilidades do tensionamento das atuais políticas públicas que visam o endividamento e influências financeiras transnacionais em regiões e cidades brasileiras.

Priorizamos uma perspectiva de desenvolvimento econômico no Planejamento Urbano e Regional com características democráticas de liberdades substantivas dos indivíduos a partir políticas públicas que promovam a liberdade com a emancipação do indivíduo no território vivido, no tempo, no seu contexto regional e em todos os seus processos vividos. Para tanto, contribuímos com a análise de alguns dos processos históricos de 1930 até 1945 no intuito de promover ganhos de conhecimento sobre a natureza das relações societárias na atualidade no caminho da cidadania concreta pelo entendimento e crítica das influências das teorias do desenvolvimento capitalista e racionalidade neoliberal do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.. *Para uma Teoria de Estudos Territoriais*. In: MANZANAL, Mabel; Guillermo NEIMAN e Mario LATTUADA. **Desarrollo rural – Organizaciones, instituciones y territorios**. Ediciones Ciccus, Buenos Aires pp. 51-70. 2006.
- CASSEL, A. e NIEDERLE, P.A. **Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento**. In: NIEDERLE, P. A. e RADOMSKY, G. F. [orgs]. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 2016
- COLISTETE, R. P. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (41), 2001.
- DIAS. M.O.S. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- EARP, F. S., e KORNIS, G. **O Desenvolvimento Econômico Sob Getúlio Vargas. 2004**. In: **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, p. 29-36. 2004.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1986.
- FORJAS, M.C.S. **Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945)**. Rev. Adm. Empr. Rio de Janeiro, 24(3): 35-46 jul./set. 1984.
- HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico – uma perspectiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LACERDA, Maria Eduarda Soares de e SANTOS, Moacir José dos. **Comunicação, Desenvolvimento Local e Industrialização em Taubaté (1978-1980)**. Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8/9/2023, 2023.
- LENCIONI, Sandra, **O poder da metropolização do Espaço – uma nova maneira de falar a relação entre metropolização e regionalização**. IN: SCHIFFER. Sueli Ramos (org.). **Globalização e Estrutura Urbana**. Editora HUCITEC: São Paulo, 2004
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O QUE É O URBANO, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.
- NIEDERLE, P. A. e RADOMSKY, G. F. [orgs]. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- PEREIRA, J.M. de. **A Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda, um resumo crítico do livro de J.M.Keynes**. Textos de Economia, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 01-30, jan/jun, 2023. Universidade Federal de Santa Catarina. 2023.
- PIVOTO, D., CARUSO, Cíntia de O. e NIEDERLE, P. A.. **Schumpeter e a Teoria do Desenvolvimento Econômico**. In: NIEDERLE, P. A. e RADOMSKY, G. F. [orgs]. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- RIBEIRO, Ítalo Franco. **Mobilidade do capital e estratégias territoriais: perfil produtivo e a dinâmica espacial da atividade industrial em Taubaté – SP**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: UNESP. 2015.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6a edição. Editora Record: Rio de Janeiro. 2001.
- _____. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2004.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo – Razão e Emoção**. 4ed. 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006.
- SINGER, Paul. **O capitalismo e sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SOUZA, Pedro H.G. de. **Uma História de Desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 1.ed., São Paulo. Hucitec: Anpocs, 2018.